

FHC E OS DIÁRIOS DA PRESIDÊNCIA: defesa e retomada do neoliberalismo

FHC THE DAILY PRESIDENCY: Defense and neoliberalism resume

Daniel de Souza Lemos*

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1995-1996**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015. 929 p.

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, inspirado em Getúlio Vargas, que governou o Brasil de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954 (quando cometeu suicídio, no dia 24 de agosto daquele ano), manteve um “diário”, onde registrou o dia a dia de suas atividades no exercício do poder. No ano de 2015, ao completar 15 anos de sua chegada à presidência, FHC decidiu, ainda em vida, publicar o resultado de seus registros. O objeto dessa resenha é proceder a uma crítica ao que se constitui numa defesa do legado do neoliberalismo no Brasil.

No dia 25 de dezembro de 1994, um domingo de Natal, Fernando Henrique Cardoso – presidente eleito da República Federativa do Brasil naquele ano – começava a pôr em prática a sugestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta do presidente Getúlio Vargas: escrever a respeito do cotidiano do presidente da República, tal como havia feito, quase cinquenta anos antes, o próprio Getúlio Vargas.

Embora o nome da obra prometa um registro diário dos principais fatos do governo, que FHC se adianta em justificar que não serão escritos, mas gravados, “pois o dia a dia da Presidência do Brasil não permitiria o folgar necessário para pegar a caneta e escrever” (CARDOSO, 2015, p.11), na verdade não se verifica uma escrita diária. Mas momentos que envolvem, por vezes, até duas ou mais semanas de lapso temporal entre as gravações. Espaçamentos justificados pelo cotidiano agitado e intenso do governo do país, bem diferente da época do presidente Getúlio Vargas, como anota FHC (2015, p. 121): “Quanta dificuldade para manter minimamente um registro dos fatos ainda que não seja por escrito. Que diferença quando se pensa que Getúlio tomou nota meticulosamente no dia a dia, a lápis, de tudo que fazia”.

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: daniellemos@yahoo.com.br

As 885 páginas deglavadas, desse primeiro volume dos diários, estão divididas em duas partes, referentes ao primeiro e ao segundo anos de governo, ou seja, 1995 e 1996. Estes, por sua vez, também estão divididos em outros tantos capítulos – o ano de 1995 tem 29 capítulos e o ano de 1996, 27 capítulos. Mas o marco inicial da narrativa se dá antes do início do governo, ou seja, no Natal de 1994, quando Fernando Henrique apresenta como se deu a formação do seu primeiro ministério.

Nesse capítulo de abertura do *Diários*, FHC começa a “tocar a música” que será ouvida ao longo de todo seu período frente à presidência, a canção da “Equipe Econômica”, que os jornalistas mais críticos chamavam, ironicamente, de “ekipekonomika”. Ele frisava a relevância do “país do Real”, a consolidação da “menina dos olhos” do presidente:

Eu havia dito em toda a campanha que queria continuar a política econômica. Eu próprio tinha sido o estimulador e o ponto de atração da equipe que fez o Plano Real. Era muito importante para mim, e para o Brasil, que aquela gente permanecesse no governo (CARDOSO, 2015, p. 25).

Compuseram o núcleo duro da equipe econômica, durante quase todo o governo, os seguintes quadros oriundos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio): Pedro Malan (Ministro da Fazenda), Pêrsio Arida (Presidente do Banco Central), Edmar Bacha (Presidente do BNDES), Gustavo Franco, André Lara Rezende, Pedro Parente, Francisco Lopes, Gustavo Loyola, que ocuparam diferentes cargos ao longo dos dois mandatos. Ainda havia outro setor, que polarizou por certo tempo a condução da economia do país no início do governo FHC, representando o grupo paulista-tucano. Eram eles: José Serra, Luís Carlos Bresser-Pereira, Luís Carlos Mendonça de Barros, Sérgio Motta, que foram derrotados pela ekipekonomika oficial. Uma vez que Fernando Henrique decidiu confiar ao primeiro grupo a condução da política macroeconômica de seu governo, alijando das decisões mais relevantes desta área o grupo paulista. De tal sorte que as escolhas, ao longo do mandato, foram no sentido de implementar, de maneira fiel, as diretrizes estabelecidas no Consenso de Washington, buscando um alinhamento com o capital internacional, diferente do que pretendia o grupo paulista, que era mais ligado aos interesses do capital nacional na política macroeconômica, principalmente no debate sobre taxa de juros e taxa de câmbio.

Os demais capítulos da obra versam sobre os temas mais relevantes do cotidiano do governo, segundo o ponto de vista do presidente-narrador, a saber: os primeiros dias de governo e o seminário na Granja do Torto, as questões da comunicação, da agricultura e da principal agenda de governo, as privatizações e as reformas constitucionais – em especial a emenda da reeleição. Outros temas também são abordados, como a escolha dos líderes do governo no Congresso, a questão da política internacional, além das primeiras quedas-de-braço entre os membros do ministério e líderes políticos da base: Pedro Malan vs José Serra, José Serra vs Pedro Parente, Pêrsio Arida vs José Sarney, Sérgio Motta vs Antônio Carlos Magalhães, Pêrsio Arida vs Gustavo Franco, entre outras disputas e fofocas, como diz Fernando Henrique Cardoso (2015, p. 104) que minavam o início do governo.

Disputas estas que, por vezes, tinham um caráter de fundo, quando se tratava dos temas econômicos, e eram protagonizadas pelos quadros dos grupos de São Paulo e da PUC do Rio de Janeiro, e, em outros casos, contendas que tinham um caráter de busca de espaço político no governo, quando eram protagonizadas pelos operadores de FHC, como foi o caso das polêmicas envolvendo Sérgio Motta, Antônio Carlos Magalhães e Sarney.

A consolidação da equipe econômica

Segundo FHC (2015, p. 27), “Se eu não resolvesse a equação da equipe econômica, não teria condições de seguir o curso que imaginava para o meu governo e teria que dar outra feição a ele”, pois essa era a área estratégica para que o presidente pudesse executar seu objetivo maior, a saber, terminar com o legado da era Vargas. Ou seja, para desarticular o aparelho estatal, privatizar as estatais, desfazer a legislação trabalhista, enfim, implementar o neoliberalismo, seria preciso acertar a área econômica.

Questões econômicas como a taxa de câmbio, que gerou muitos atritos entre Pêrsio Arida, presidente do Banco Central, e Gustavo Franco, Diretor de Assuntos Internacionais do BC. Além do controle da inflação, as outras etapas do Plano Real, o encaminhamento das privatizações, e as questões administrativas como reforma administrativa e o fim da estabilidade dos servidores, ocupavam de maneira permanente as atenções do então presidente FHC. Pois esses temas eram o cerne do modelo político que o governo pretendia implantar ao longo do mandato, que veio a ser consolidado como estado mínimo neoliberal.

A consolidação da base da coalizão no Congresso, com vistas a aprovar a agenda governamental de privatizações e reformas constitucionais, estava entre as principais questões do dia a dia do presidente Fernando Henrique. As conversas com os líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – partido que não fazia parte da aliança que elegeu o candidato tucano em 1994 – Antônio Britto, José Sarney, Luís Henrique, Odacir Klein, Michel Temer, Jader Barbalho, Pedro Simon, Germano Rigotto eram fundamentais¹. Pois, segundo Fernando Henrique (2015, p. 69), “o PMDB não é um partido, mas uma federação de interesses e de valores”.

Ainda mais, a atenção que era preciso dar aos dois principais partidos que sustentaram a campanha e a coligação, Partido da Social Democracia Brasileira–PSDB (ao qual o presidente estava vinculado) e Partido da Frente Liberal – PFL (do vice-presidente Marco Maciel), também ocupavam a agenda política de Fernando Henrique. Cabe lembrar que o PMDB era o partido com maior número de senadores, 22, o PFL contava com 21 e o PSDB, partido de FHC, com apenas 10 senadores. Porém, bastavam para dar a maioria necessária ao governo na Câmara alta do Congresso brasileiro. O PMDB não estava na aliança eleitoral de FHC, mas

¹ A esse respeito ver as páginas 66-69, 89, 115 e 124.

foi preciso agregá-lo ao governo, para a articulação do presidencialismo de coalizão, que é a política de alianças usada pelo governo eleito por uma coligação de partidos minoritária no parlamento para que possa impor sua agenda, especialmente as reformas constitucionais.

Lidando com o fogo amigo

FHC se queixava das dificuldades para lidar com o Presidente Itamar Franco e sua *entourage*, e seu grupo de amigos que o tratavam como uma “criança mimada e birrenta” (CARDOSO, 2015, p. 83), dificultando sua ida para Portugal como embaixador do Brasil. Além de criticar, com frequência, a imagem que Itamar vendia sobre seu papel na criação do Plano Real, a principal bandeira de FHC:

O Itamar com um papel mais protagonístico no processo do Real do que ele realmente teve. Ele nem leu a URV (Unidade Real de Valor, unidade monetária que preparou a implantação do Real e entrou em vigor em 1º de março de 1994) a medida provisória, deixou tudo aos meus cuidados (CARDOSO, 2015, p. 137).

Fernando Henrique dava muita atenção às opiniões do deputado Delfim Netto “que de bobo não tem nada” e os “problemas que apontava” (CARDOSO, 2015, p. 144), para a economia, eram reais. E a Roberto Campos, de que lera “[...] um artigo excelente [...] mostrando a crise mundial do sistema financeiro, que aliás me preocupa, porque pode gerar uma grande crise daqui a algum tempo no sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 2015, p. 224). Esta passagem demonstra a mudança na visão de FHC sobre economia e desenvolvimento, ao se referenciar em dois pensadores que foram por muitos anos seus adversários na história política brasileira entre os anos 1960 e 1970.

Já a relação com seu companheiro de PSDB, José Serra, não era das mais fáceis, percebe-se pela quantidade de passagens críticas às posturas do seu Ministro do Planejamento: “Eu receava colocá-lo na Fazenda, seria provocar um impasse, porque praticamente todos haviam feito restrições ao Serra, não à sua competência, mas ao seu estilo”, “acho que o Serra não se sente bem vendo tantas homenagens que não sejam a ele”, e “Mais uma vez a desconfiança que o Serra tem de quase todo mundo leva a que jogue de surpresa, e isso não dá bom resultado” (CARDOSO, 2015, p. 27, 85 e.132, respectivamente).

Outro personagem que começava a aparecer naquela época, mas que ganhou notoriedade recentemente, e que já dava um certo desgaste à sua base de apoio, é o Deputado Federal do Rio de Janeiro Jair Messias Bolsonaro, sobre quem FHC registra a seguinte nota:

O Bresser foi profundamente ofendido por um tal de Jair Bolsonaro, que, segundo me dizem, foi capitão e é deputado. [...] Pedi aos líderes, na reunião que tivemos ontem no Ministério, que levassem adiante o processo de cassação dele por falta de decoro, porque acho que o governo tem que reagir a esse tipo de ação (CARDOSO, p. 106-107).

Outros dois personagens importantes no arranjo político de FHC, contudo não menos difíceis de lidar, eram os senadores José Sarney (presidente do Senado Federal) e Antônio Carlos Magalhães, o ACM. Sobre este, Fernando Henrique diz:

Antônio Carlos é aquela coisa que só ataca, que sopra, vai e vem, para dar a impressão de que tem uma força enorme no Planalto. Nunca foi ouvido num assunto relevante da República, mas eu também quero tê-lo com certa capacidade de entender o processo para que não cause muito mal. (CARDOSO, 2015, p. 195).

Sobre José Sarney, FHC é mais objetivo, “Sarney sabe fazer o jogo direitinho, exatamente como ele é” e, “tem o Sarney, que de todos os políticos nacionais, é o mais artiloso.” (CARDOSO, 2015, p. 194 e 219). Os dois políticos foram, no decorrer desses dois primeiros anos de mandato de FHC, os que mais o preocuparam, no sentido de consolidá-los na sua base de aliados, pois era de onde FHC temia que pudessem vir seus mais fortes adversários. Pois, na época, Sarney cogitava concorrer à presidência em 1998 e ACM pretendia lançar seu filho, Luís Eduardo Magalhães; logo, lidar com eles era fundamental para Fernando Henrique.

Relações Internacionais, Mercosul, EUA

No plano Internacional, chama atenção a preocupação com as relações no Mercosul, com a Argentina, o Uruguai, o Chile, e com outros países que não faziam parte do Bloco. E também a relação com os Estados Unidos e a já antiga aspiração do Brasil de ingressar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), além do começo da relação com o então presidente norte-americano Bill Clinton. Na esfera econômica, destacava-se a proximidade com uma instituição que foi a marca da era FHC, o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a relação cordial com Alberto Fujimori, que FHC chamava de ator, mas que tratava sem formalismo, chegando a gostar de seu senso de humor:

O Fujimori fez um show perfeito na Assembleia, é um ator, ele mesmo faz o script. Tem algo de autoritário, na verdade tem uma certa similitude com o Fernando Collor. No entanto, é um homem mais sensato, foi professor, foi reitor da universidade [...] além disso tem senso de humor. [...] Brincamos muito (CARDOSO, 2015, p. 181-182)

Cabe lembrar que Alberto Fujimori, ex-presidente do Peru, foi alvo de escândalos em seu governo. Saiu do Peru, em viagem ao Japão, onde renunciou à presidência e pediu asilo político. Foi condenado em um julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas e genocídio, envolvendo a morte de 25 ativistas de esquerda. Por ser um expoente do neoliberalismo latino-americano, era um aliado internacional estratégico de FHC.

Por outro lado, a relação com a Argentina sempre foi mais tensa, em razão das disputas econômicas e pelo protagonismo como líder na América do Sul. No então ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, FHC (2015, p. 104) deu o seguinte “gelo”: “Depois o Cavallo telefonou. Não falei com ele porque não queria mesmo saber do que se tratava.”, o que sinaliza uma relação difícil e de disputa entre os dois governos, especialmente pela aliança econômica e diplomática com os EUA.

As tiradas maquiavélicas de FHC

Um dia da semana o presidente Fernando Henrique Cardoso reservava para conversar com a base aliada, “ontem recebi dezenas de pessoas – terça-feira é o dia em que recebo parlamentares” (CARDOSO, 2015, p.111). Afinal, era preciso controlar os partidos e, para isso “Recebi parlamentares o dia inteiro, aquela rotina bastante desagradável” (CARDOSO, 2015, p. 154) também,

[...] almocei e jantei com as bancadas do PTB, uma parte do PP e uma parte do PMDB. Continuamos nesse trabalho penoso, mas útil, porque as pessoas acabam se sentindo mais à vontade com o presidente e mais ligadas à necessidade de seguir certa diretriz política (CARDOSO, 2015, p. 165).

Nota-se a preocupação que FHC tinha em fazer política, ou seja, manter-se próximo dos aliados, dos atores com quem ele, mais adiante, teria que contar no Congresso.

Mas Fernando Henrique gostava de ter uma amplitude de atores com os quais contracenar, isso permitia a ele contar com várias possibilidades e alternativas para conduzir seu governo, “mais vale jogar com alguns partidos do que ficar na mão de um grande agrupamento político [...] prefiro lidar com essa diversidade, porque isso me permite manobrar uns contra os outros ou uns com os outros” (CARDOSO, 2015, p. 129). Um orgulho para Maquiavel, afinal “a pequena política acaba sendo a mais importante pelas consequências, que podem ser muito negativas” (CARDOSO, 2015, p. 131). Ou seja, FHC jogava com a variedade de interesses e quando necessário os manipulava para obter alguma vantagem política, inclusive semeando a discórdia entre os seus aliados para melhor manipulá-los.

Embora gastasse seu latim em conversas com os parlamentares da base de sustentação do governo, Fernando Henrique não deixava de fazer ameaças se preciso fosse:

Acho que há momentos em que o governo tem que ter clareza, é melhor saber quem são os aliados. Disse também, com tranquilidade: Nesse caso é o seguinte: quem não for, não estiver com o governo, está contra, e arcará com as consequências. Consequências, eles entendem logo que são demissões, e eram mesmo, eu estava disposto a isso (CARDOSO, 2015, p. 125).

E também dava demonstrações de que gostava e podia ir para o enfrentamento, como notamos nessa passagem sobre o líder do governo Luís Carlos Santos: “Ele compõe, não gosta de enfrentar, compõe mais do que enfrenta. Terei que dar mais sinais de luta, de guerra, para que eles possam avançar no congresso” (CARDOSO, 2015, p. 130).

Em tempo: quem tira, antes tem que dar. Uma prática do presidencialismo de coalizão, que também faz parte da história política brasileira, sendo portanto uma tradição institucional a participação dos partidos no governo mediante cargos comissionados,

Bernardo Cabral me ligou dizendo que a bancada do PP queria falar comigo. Vieram todos, uns trinta deputados e quatro ou cinco senadores, para reafirmar o apoio ao governo. Recebi o apoio e disse que continuaria prestando a devida atenção ao PP. Eles sabem o que significa “a devida atenção”, naturalmente interpretarão no sentido de que alguma participação terão (CARDOSO, 2015, p. 141).

Justifica-se o toma lá, pois, como diz, “são fatos da vida brasileira”, pois “a força política interfere muito, sobretudo nos órgãos regionais. Tenho que levar isso com jeito, salvando o interesse público mas também sem me privar da força de apoio necessária no Congresso.” (CARDOSO, 2015, p. 142).

Na relação com os partidos aliados, FHC ainda falava sobre como pretendia agir para esvaziar o principal partido aliado do PSDB, o PFL, o que anos depois se sabe que realmente aconteceu por uma série de circunstâncias:

[...] as bases de sustentação do PFL, estão sendo minadas. Nós estamos controlando Comunicações, Educação, toda a área Financeira, que é onde o PFL estava aninhado antes. Portanto, a espuma política do PFL é espuma, as bases reais de poder estão vindo para as nossas mãos, ou do PSDB, ou de gente independente. E, se tivermos capacidade política, isso mais tarde dará os frutos necessários (CARDOSO, 2015, p. 97).

Fernando Henrique mostra como atuava, também com desenvoltura, na cooptação de quadros dos partidos como, por exemplo, o governador do Paraná, Jaime Lerner (PDT), e o Senador Álvaro Dias, do PMDB paranaense, Além do então governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, um de seus principais aliados, “este é o mais inclinado [a mudar para o PSDB], depende de dez pessoas com as quais vai falar no Rio Grande do Sul” (CARDOSO, 2015, p. 170).

Deputados do PSB de Miguel Arraes – então governador de Pernambuco – também participavam de jantares cujo prato servido era dos mais temperados: “vou jantar com cerca de dez parlamentares, uns oito do Partido Socialista Brasileiro, ligados a Arraes, que querem vir para o PSDB porque não aguentam mais o atraso do PSB. Vamos ver o que sai desse jantar de hoje.” (CARDOSO, 2015, p. 155).

Acertos com o Superior Tribunal Eleitoral (STF) e com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) – “tenho estado em contato permanente com o Ministro

Raimundo Brito, duas vezes por dia ele me dá os informes” (CARDOSO, 2015, p. 138) –, com o Tribunal de Contas da União (TCU) –“jantei com os ministros do Tribunal de Contas junto com o Serra. Sem novidade, apenas muita simpatia” (CARDOSO, 2015, p. 181) – e com a imprensa –“almoço com os filhos dos donos do Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde” (CARDOSO, 2015, p. 134) também faziam parte da tática do governo.

Uma ação estratégica para o governo, realizada ainda no primeiro semestre de 1995, foi a nomeação de Geraldo Brindeiro como Procurador-Geral da República, que, em razão da sua postura de bloquear investigações contrárias ao governo, ficou conhecido pela alcunha de “engavetador geral da república”.

Portanto, é possível notar que Fernando Henrique Cardoso, no exercício de seu mandato presidencial, sempre agiu, nas diversas frentes citadas, e utilizando os mais variados recursos, no sentido de viabilizar seu programa político e econômico, seguindo as lições de Maquiavel sempre que possível e necessário.

Mágoas com Lula e a CUT

Fernando Henrique nunca escondeu as mágoas que nutria em relação ao seu então maior opositor, Luís Inácio “Lula” da Silva, “o Lula posando outra vez de herói nacional [...] com uma frasezinha: ser professor de ciência política não significa saber fazer política” (CARDOSO, 2015, p. 107), e também em relação à Central Única dos Trabalhadores (CUT): “lá fora gritaria da CUT, gritaria contra as reformas [...] foi uma barulheira desrespeitosa ao presidente da República e às próprias instituições republicanas.” (CARDOSO, 2015, p.143), que adjetivava de passadista, “algo muito consolidado, de um passadismo, uma atitude que não é nem revanchista, é passadista, de gente que precisa de movimentação e crê que tem diante de si um inimigo histórico” (CARDOSO, 2015, p.143) e que não toleraria mais: “não quero mais esse tipo de manifestação perto de mim. Que façam longe. Alto-falante não quero. Quando eu estiver falando, tem que haver respeito. Vou mandar confiscar o alto-falante e abrir processo.” (CARDOSO, 2015, p. 143-144).

Um antigo professor e colega de USP – Florestan Fernandes – também teve seu lugar nos desabafos de FHC. Como na nota fria, presente no *Diários*, quando da morte do sociólogo, então Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo: “Interrompi para comunicar a Ruth por telefone que o Florestan morreu esta madrugada em São Paulo. Pedi que ela fosse ao enterro porque eu não vou.” (CARDOSO, 2015, p. 193).

Acordei cedo, antes das sete, ligo a televisão, tem a notícia de que o Florestan morreu. Me chocou, doeu. Apesar de todas as distâncias que temos hoje, há um passado de vida em comum. Recebi muito incentivo dele. Depois, Florestan, infelizmente, não evoluiu no tempo. Foi um homem correto. Senti muito (CARDOSO, 2015, p. 196).

Nota-se que, ao longo de seu percurso político, FHC se distanciou do campo político ao qual pertencia inicialmente, inclusive desfazendo relações pessoais, profissionais e afetivas anteriores à presidência.

Resumo da ópera

Fernando Henrique Cardoso manifesta o desejo de por um fim ao que resta da era Vargas no Brasil: “Para acabar com o legado de Getúlio Vargas, é preciso ter alguma inspiração nas habilidades dele” (CARDOSO, 2015, p.130), e não perde a oportunidade de realçar a importância de seu papel político institucional ao afirmar “Faz dois anos que toda a política gira ao redor do que eu disse ou deixei de dizer” (CARDOSO, 2015, p. 229). O então presidente-narrador demonstra de maneira cabal um ego que não cabe em si, ao frisar, entre outras coisas, que seus discursos foram sempre muito aplaudidos, muito ovacionados. “Fui convidado para comemorar os cinquenta anos da Unesco em Paris, eu seria o orador oficial em nome de todos os presidentes. Acho uma boa ideia” (CARDOSO, 2015, p. 178).

Gaba-se ainda de conhecer vários idiomas, quando na Bélgica, em contato com a União Europeia, respondeu entrevistas feitas por jornalistas de várias nacionalidades: “respondi a todas as perguntas que me foram feitas, como é fácil para mim, na língua que formularam, em inglês, francês e espanhol. Isso sempre causa um certo impacto” (CARDOSO, 2015, p. 243).

Por outro lado, a presidência ainda permite momentos de descontração com os amigos intelectuais, especialmente com o historiador paulista quatrocentão, Boris Fausto: “ontem jantei na casa do Roberto Schwarz com o Bento Prado Jr. [...] até o Rui Fausto, o irmão do Boris Fausto, estava lá, com cara meio estranha, ele é do PT...” e, “jantei com Boris Fausto[...] fui à fazenda com Boris Fausto” (CARDOSO, 2015, p. 14 e 241, respectivamente).

Conclusão

Diários da Presidência constitui um resumo do programa político da Era FHC. Embora esteja publicado o conteúdo das gravações realizadas apenas nos dois primeiros anos de seu primeiro mandato, é como se ali estivesse registrada a música que será tocada durante os demais anos, para quem se lembra daquela época da história política recente do Brasil.

Por ironia, o Ministro das Comunicações e coordenador das privatizações do sistema de telecomunicações, Sérgio Motta, é quem resume o sentido da era Fernando Henrique Cardoso na presidência, nitidamente registrado no *Diários da Presidência – 1995/1996*: “febre liberal de dilapidação do patrimônio público” (CARDOSO, 2015, p. 228).

Conclui-se que o livro apresenta um bom apanhado do que foi a implementação do programa neoliberal no Brasil. O projeto de redução do aparelho de Estado, a entrega das empresas públicas para a iniciativa privada, a abertura do

país para o capital internacional especulativo, bem como as manobras necessárias e o preço pago para que o Estado se tornasse mínimo, estão expostos para quem se dispuser a ler.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1995-1996**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

Recebido em 03/08/2016

Aceito em 09/08/2016